

AS TRANSFORMAÇÕES NOS MODOS DE VIVER EM FAMÍLIA E O PAPEL SOCIAL DA MULHER

THE TRANSFORMATIONS IN THE WAYS OF LIVING IN THE FAMILY AND THE SOCIAL ROLE OF WOMEN

João Nunes da Silva 1
Rosemeire dos Santos 2
Kenneth Wagamenon Barreira Santana 3
Alice dos Santos Ferreira 4

Doutor em Comunicação e cultura contemporâneas, Professor da UFT. Lattes <http://lattes.cnpq.br/0049405562439579>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7079-2731>. E-mail: joao.ns@uft.edu.br

Doutora em Serviço Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Professora da UFT, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1911019002601744>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7172-4151>. E-mail: rosemeire_santos@mail.uft.edu.br

Acadêmica de Serviço social – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9503950640668038>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4279-7137>. E-mail: kenneth.barreira@mail.uft.edu.br

Acadêmica de Serviço Social UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6243030030596599>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9291-8924>. E-mail: alice.ferreiro@hotmail.com

Resumo: O artigo propõe apresentar uma reflexão sobre a obra “A origem da família, da propriedade privada e do estado” de Friedrich Engels, que retoma os estudos de Morgan sobre os modos de viver em família das comunidades tradicionais e as mudanças no modo de viver em coletividade, destacando a necessidade social da sociedade capitalista da constituição da família monogâmica, e com isso os impactos no papel da mulher na sociedade. O que resulta na discussão sobre as relações sociais de sexo, a dominação das mulheres pelos homens na formação da família monogâmica e ao advento da propriedade privada. Claro que o texto não se propõe esgotar toda a discussão e tão pouco detalhar todas as categorias aqui apresentadas, todavia, coloca em processo de reflexão e apresenta potencialidades, limites e estabelece conexões entre elas. Por fim, aponta meios de investigações sobre o gênero feminino no Serviço Social. Traz as várias culturas antigas que valorizam as mulheres e as “evoluções” conservadoras conforme o tempo, o que possibilita afirmar a presença do conservadorismo em que o sexo masculino passa a ter o domínio, sobre os bens materiais, seus filhos e a mulher. Ressalta ainda que a construção desse artigo parte das reflexões que surgem a partir do projeto de extensão “Curso Livre sobre a obra de Friedrich Engels “A origem da família, da propriedade privada e o Estado” desenvolvido no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, câmpus de Miracema.

Palavras-chave: Relações Sociais de sexo. Gênero Feminino. Família. Propriedade Privada.

Abstract: The article proposes to present the reflection of the work “The origin of the family, private property and the state” by Friedrich Engels, which takes up Morgan’s studies on the ways of living in the family of traditional communities and the changes in the way of living collectively, highlighting the social need of capitalist society for the constitution of the monogamous family, and with it the impacts on the role of women in society. What results in the discussion about the social relations of sex, the domination of women by men in the formation of the monogamous family and the advent of private property. Of course, the text does not intend to exhaust the entire discussion and neither does it detail all the categories presented here, however, it places it in a process of reflection and presents potentialities, limits and establishes connections between them. Finally, it points out ways of investigating the female gender in Social Work. It brings the various ancient cultures that value women and the conservative “evolutions” over time, which makes it possible to affirm the presence of conservatism in which the male gender has dominion over material goods, their children and women. It also emphasizes that the construction of this article starts from the reflections that arise from the extension project “Free Course on the work of Friedrich Engels” The origin of the family, private property and the State “developed in the Social Service course at the Federal University of Tocantins, Miracema campus.

Keywords: Social relations of sex. Feminine gender. Family. Private property.

Introdução

O artigo ora apresentado é fruto de uma construção coletiva, resultante do projeto de extensão, “Curso Livre sobre a obra de Friedrich Engels “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” desenvolvida por docentes e discentes do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins, campus de Miracema, no período de novembro a março de 2018. O curso se dedicou ao estudo detalhado da obra, com reflexões e discussões a cada sessão.

A proposta se desenvolve a partir da necessidade posta do conservadorismo assolado da sociedade moderna, o que se fez necessário, recorrer à literatura da matriz crítica para a discussão de temáticas presentes na sociedade brasileira, na busca por uma visão de homem¹ e de mundo para além dos padrões estabelecidos pela autocracia burguesa.

E compreendendo que a temática família, está presente em várias áreas do saber, principalmente para o Serviço Social, como área de conhecimento e ainda planejador e executor de políticas sociais, que no percurso de execução do estado neoliberal coloca a família como parte da tríade responsável em garantir a proteção social à seus membros, que a discussão se faz necessária e merece tratativa na perspectiva de desconstrução de uma modelo unívoco de família que vigora a partir da sociabilidade burguesa.

No decorrer das reflexões nas sessões possibilitadas pelo curso de extensão, duas discentes propuseram junto com os docentes responsáveis a fomentar a discussão sobre o papel social da mulher diante das transformações societárias vigentes, que na obra estudada coloca a reflexão a perda do protagonismo da mulher diante a sociedade capitalista, patriarcal, monogâmica e burguesa.

Questão que possibilita a reflexão sobre os impactos da conjuntura instaurada pelo conservadorismo, que coloca em “xeque” os direitos das mulheres, sua liberdade de expressão e de opinião, situação posta a partir da compreensão conservadora dada.

Estágios dos modos de viver em famílias segundo Engels

Na obra em análise, Engels (1884), afirma que a família é uma instituição em constante mudança e que as determinações econômicas e sociais interferem diretamente em seu modo de viver. O autor tem como ponto de análise para os processos de mudanças da família o clássico alinhamento com as transformações da propriedade, da herança, da partilha dos bens materiais denominando “estágios” todas as transformações sociais e as diferenciações das uniões conjugais.

O estudo apresenta quatro grandes estágios, que segundo Santos, 2017 “[...] marcam transformações morais no processo de afirmação e reconhecimento da paternidade na procriação” (p. 21). O primeiro estágio apresentado se faz a partir dos laços de consanguinidade, que se permitia a relação conjugal entre irmãos e primos, como uma forma de manutenção da posse das riquezas numa mesma unidade familiar, nesse estágio, a única interdição era as relações conjugais entre pais e filhos. No segundo estágio apresentado na obra em análise, a punaluana², suprime moralmente a relação conjugal entre irmãos/irmãs por parte de mãe, nesse compreende-se que a mulher tem o poder de determinar as relações conjugais pelo reconhecimento da maternidade.

No estágio da família sindiásmica³, segue-se a lógica da linhagem materna para além dos irmãos/irmãs, estende-se para os primos/as e sobrinhos/as de primeiro grau, tendo ainda como referência o reconhecimento da maternidade, ou seja, os laços e sanguinidade a partir da mãe.

1 A referência aqui feita a homem é enquanto ser humano genérico e não a divisão social de gênero mulher e homem.

2 Termo utilizado por Morgan, após o relato de viventes das ilhas havaianas, que definiam as formas de convívio nos grupos havaianos de “punalua” que era a relação de um homem com sua esposa e conseqüentemente com suas irmãs, ou de uma mulher com seu marido e seus irmãos. E a partir disso Morgan vai utilizar do termo “punaluana” para a definição do segundo estágio do processo de transformação familiar (SANTOS, 2017; p. 21).

3 Sindiásmica tem sua origem na palavra “Syndyasmos”, que significa unir dois indivíduos, estritamente a união de um homem com uma mulher, no entanto, no dicionário, refere-se ao emparelhamento sexual sem exclusiva co-habitação (SANTOS, 2017; p.22).

E na perspectiva de garantir a paternidade a partir da linhagem materna, baseando em valores econômicos e morais, destina-se a mulher a jurar fidelidade eterna ao seu esposo, enquanto ao homem é facultado o direito ao adultério, ou seja, naturaliza-se a poligamia ao sexo masculino enquanto à mulher nessa situação destina-se a severa punição.

Engels fez coincidir civilidade, modernidade e monogamia na discussão sobre família, e ainda visualiza o caráter monogâmico para as fusões de riquezas e poder, que não restringem somente no fortalecimento de uma só família, uma vez que, pode implicar sua extensão por meio de alianças, como por exemplos os casamentos monárquicos.

Compreender esses estágios é debruçar-se sobre as relações das classes dominantes e à classe trabalhadora, pois o que está em voga é o reconhecimento de herdeiros para a transferência das riquezas acumuladas.

[...] A monogamia não foi de modo algum fruto do amor sexual individual, com o qual não tinha absolutamente nada em comum, já que o casamento continuou a ser o que fora no passado, algo baseado simplesmente em uma convenção. Foi a primeira forma familiar fundada não mais sobre a propriedade individual sobre o comunismo espontâneo e primitivo. Preponderância do homem na família e procriação de filhos que tem de ser seus e que são destinados a se tornarem os herdeiros de sua fortuna, essas foram as únicas finalidades da monogamia, [...] (CANEVACCI, 1981; p. 77).

Diante do exposto que coloca se a discussão do papel social da mulher perante a instituição do casamento monogâmico, o que possibilita analisar o posicionamento de Bachofen que colabora com a reflexão na obra de Engels, apresentando as quatro teses, explicando o papel da mulher na maternidade, no entanto, explica se que a mulher tinha a opção em ter a escolha de ser mãe ou não, dando-a o “poder feminino” na sociedade, ou seja, cabe a mulher decidir ou não engravidar, todavia, os valores morais colocados pela sociedade impõem a mulher a não escolha efetivamente. Na obra em análise de Engels coloca em reflexão o período de transição dos modos coletivos de vida e sociabilidade para a consolidação do patriarcado.

Patriarcado, que nessa reflexão é entendido como um sistema social reforçado pela imposição da sociedade capitalista, em que remete o poder ao homem, principalmente na determinação da divisão social do trabalho, em que o homem prevalece com a decisão, frente ao conservadorismo ele é “[...] o indiscutível amo, o patriarca da sua família, [...]” (YOUNG & WILLMOTT, 1975, p. 71). Em que “o poder paterno é o significado central do patriarcado, histórica e etimologicamente e várias vezes e em vários lugares, [...]” (THERBORN, 1941, p. 22), que se tornaram aspectos tão naturalizados, que frente às dimensões da vida conservadora, não causam espantos.

(...) Nesse livro, o autor formula a seguintes teses: 1- Primitivamente, os seres humanos viveram em promiscuidade sexual, (impropriamente chamada heterismo por Bachofen); 2- essas relações excluía toda possibilidade de estabelecer, com a certeza, a paternidade, pelo que a filiação apenas podia ser contada por linha feminina, segundo direito materno, e isso se deu em todos os povos antigos; 3- em consequência desse fato, as mulheres, como mães, como únicos progenitores conhecidos da jovem geração, gozavam de grande apreços e respeito, chegando de acordo com Bachofen, ao domínio feminino absoluto (ginecocracia); 4- a passagem para a monogamia, em que a mulher pertence a um só homem, incidiam na transgressão de uma lei religiosa muito antiga (isto é, do direito imemorial dos outros homens tinham sobre aquela mulher), transgressão que devia ser castigada, ou cuja tolerância se compensava com a posse da mulher por outros durante determinado período (Bachofen, 1861; p. 7.).

O “heterismo” é um assunto antigo, porém considerado algo parecido com a infidelidade nos dias atuais, contudo, com aspectos específicos, que consistem em dizer que mulheres solteiras se relacionavam com homens casados ou solteiros, mais uma vez, colocando a mulher como o papel da “prostituta” mesmo sendo uma escolha masculina.

Na sociedade contemporânea é comum deparar-se com homem casado tendo relações sexuais fora do casamento, porém um fator interessante que na maioria das vezes, são as mulheres culpabilizadas e taxadas de “prostitutas”, mesmo sem conhecimento da outra relação desse macho, a sociedade julga e a coloca em uma situação de constrangimentos sem o conhecimento da situação. E quando a situação é inversa o processo de culpabilização e criminalização da mulher se reproduz. Isso consiste como reflexo da sociedade conservadora e patriarcal.

Na cultura Europeia as mulheres tinham o papel de exercer suas funções bem mais que homens, porém as mulheres que trabalhavam mais tinham valores inferiores, do que as damas que ficavam em casa cuidando de si.

As mulheres no período primitivo tinham um papel de igualdade com os homens, não eram vistas como uma mera reprodutora eram livres e respeitadas como seu papel maternal, no qual os bens materiais eram todos coletivos, não existia a propriedade privada e muito menos classes sociais no contexto familiar. Logo, o que determinou a opressão e exploração da mulher na sociedade foi uma passagem das culturas do matriarcado ao patriarcado.

A mulher sofre opressão na sociedade pelo simples fato de ser mulher, quando Engels diz que o homem é o burguês e a mulher é o proletariado, é uma forma de machismo da sociedade dividida em classes sociais; as mulheres sofriam um tratamento de subordinação masculina na sociedade de classe. Por conseguinte, a mulher no mundo de reprodução não recebia pagamentos (trabalho não pago) e os homens na produção eram assalariados.

A obra de Engels representa um posicionamento político diante de todas as formas e maneiras de opressão às mulheres; pode se notar que o homem é um mero burguês; mulher é uma mera proletária. As mulheres eram privadas de várias coisas, como por exemplo, o não direito ao voto, o uso de contraceptivos, divórcio, autonomia das suas vontades perante aos esposos, a não participação (sindicatos e partidos) nas políticas mesmo participando dos movimentos operários.

Engels defendia a emancipação feminina, pela igualdade dos gêneros e do direito de trabalhar e decidir por conta própria o rumo das suas vidas, logo foi um posicionamento revolucionário.

A incorporação das mulheres às fileiras do proletariado no século XX no sistema capitalista foi bastante intensa do que o Engels podia prever, na qual as mudanças do lugar das mulheres nos meios de família seriam obviamente essenciais para compreensão da sociedade capitalista.

A obra de Engels foi uma inspiração para os movimentos feministas de massas dos anos 60, em relação ao trabalho doméstico, modo de reprodução ao lado de produção, alienação da dona de casa e por fim fundamentos históricos ideológicos. Ser mulher na sociedade é transgredir, pois a mulher era submetida a família monogâmica patriarcal, poder do homem e ao poder do Estado. A mulher na sociedade sempre teve que lutar ao poder do Estado e lutar para conseguir seu espaço próprio.

As mulheres sempre foram vistas como os guardiães dos valores pacíficos, passavam sua vida toda pela igreja e acabam sendo restritas ao lar. A obra de Engels afirma que na transição matrilinear para a patrilinear a mulher tem no seu papel sócio-histórico uma derrota no que tange à sua liberdade, uma vez que, a mesma passa a ser propriedade do macho. É na sociedade capitalista que está a hierarquia entre homem e a mulher, ou seja, é a primeira opressão de gênero, para a constituição dessa família; vale ressaltar a relação societal manifestou como a primeira forma de escravidão sexual.

Seguindo a análise dos modelos apresentados na obra de Engels, na família Sindiásmica a poligamia era um direito apenas ao gênero masculino, na qual, as mulheres deviam fidelidade aos seus esposos, pois estas quando cometiam adultério eram cruelmente castigadas

Cabe destacar que “[...] A antiga liberdade relativa de relações sexuais não desapareceu completamente com o triunfo do matrimônio sindiásmico, nem mesmo com o da monoga-

mia” (Engels, p.71, 2014).

No desenvolvimento da Família Monogâmica o gênero masculino tinha como ser infiel com suas esposas e sua única fidelidade era apenas procriar filhos, herdeiros de qualidades que irão tomar posse da herança dos seus pais, esse novo sistema de família só o homem possuía o direito de pedir divórcio e repudiar sua mulher.

Ao analisar o surgimento da expressão família, Engels afirma que é uma adoção dos povos romanos apenas para designar um novo organismo social, logo em seguida apenas para reforçar a lógica do patriarcado, em que o homem detém o poder total sobre suas esposas, ou seja, a mulher considerada propriedade do homem, situação essa que é reconhecida pelo Estado. O que faz afirmar o não cumprimento do papel do Estado em suprir as desigualdades entre o poder masculino e o poder feminino através de mediações sociais afirmativas e a implementação de políticas sociais com propostas a romper com o ciclo de exploração e violência de um gênero sobre o outro.

A Mulher na Sociedade sob Determinantes do Patriarcado

A contribuição de Engels sobre as transformações ocorridas nas relações sociais no processo sócio histórico, imprimem a constituição do modelo da família monogâmica, predominante hoje na sociedade. Que sem dúvida revela importantes aspectos para subsidiar novas discussões a respeito do papel da mulher na sociedade contemporânea, principalmente quando a referência é a autocracia burguesa e patriarcal em que coloca a mulher numa posição de inferioridade, nas quais devem ser subalternizadas às regras dos homens.

A primeira reflexão sobre a mulher na sociedade, a partir da obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, dentre as várias possíveis, deve apoiar-se na ideia de que o entendimento construído no mundo referente à mulher de forma estereotipada e preconceituosa, que considera o gênero feminino unicamente a serviço do homem, não faz o menor sentido a não ser para garantir a perpetuação da sociedade sob a ótica da dominação masculina e, principalmente para a reprodução do sistema capitalista estabelecido a partir da monogamia atrelada a propriedade privada.

Todavia, cabe o questionamento, de qual momento da história da humanidade essa ideia se tornou lugar comum, a ponto de ser estabelecido estereótipo negativo à mulher na atualidade, que a imagem dada a ela é de um objeto cujo único sentido atribuído é estar para servir o homem? Daí a ideia de segundo sexo, o que coloca a mulher em uma função de submissão ao homem. E cabe ainda o destaque que a ideologia conservadora e aliada a religiosidade para consagrar esse papel de submissão afirmando que a mulher é fruto divino a partir da costela de Adão e, portanto, é parte do homem para servi-lo em todas as ocasiões.

Na lógica do senso comum aristocrático, conservadora e burguesa atribuíram à mulher toda uma fragilidade, especialmente considerando sua compleição física, a necessidade de dar à luz e, por sua vez precisar descansar para retomar suas energias para o seu cotidiano; talvez isso tenha levado a uma divisão sexual de trabalho que de certa forma conduziu a mulher a atividades para o cuidado do filho e, também, para a organização do lar, enquanto aos homens eram reservadas as tarefas que exigiam mais força física. Foi nessa perspectiva que surgiu a ideia de “dona de casa”, de “rainha do lar”, principalmente com o desenvolvimento da industrialização definindo o lugar da mulher em casa para garantir o homem como provedor mor e indivíduo superior, ou modelo de constituição da sociedade.

Todavia, para as mulheres da classe trabalhadora, é fato que com a dinâmica do trabalho no capitalismo e, até mesmo a necessidade de mais mão-de-obra nas fábricas e nos setores diversos da economia, a mulher passa a dividir espaço no mercado de trabalho: nas minas, nas fábricas, no trabalho rural, na agroindústria, na construção civil e no que for possível o uso da mão-de-obra feminina; a isso se soma ainda a ideia de pagar menor salário às mulheres, a partir de uma lógica perversa e preconceituosa que delegou às mulheres a fragilidade tal qual de sequer merecer um salário igual ao dos homens tendo em vista a sua inferioridade atribuída pelo olhar masculino, patriarcal e de necessidade de dominação.

Na lógica do trabalho, instituída a partir da ideia de superioridade e de necessidade de dominação masculina, a mulher foi colocada na condição de propriedade a serviço da organi-

zação da família e da sociedade; o que se percebe claramente na constituição da sociedade a partir da noção de monogamia.

O casamento monogâmico após a passagem da família sindiásmica para a monogâmica gerou a necessidade da constituição de uma estrutura de sociedade cujo pilar tem o homem como centro e detentor de todos os direitos de propriedade; o que inclui a mulher nessa condição de propriedade e, conseqüentemente a institucionalização de uma hierarquia sob a ótica da masculinização. Isso significou o condicionamento da mulher como procriadora e carente da virilidade masculina para *protegê-la* e para a reprodução da sociedade sob essa perspectiva androcêntrica.

Engels destaca ainda que:

[...] a primeira oposição de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e a mulher, na monogamia e que a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino (ENGELS, s/d, p. 72).

A opressão do sexo feminino pelo masculino se institui efetivamente como um processo natural de tal forma que estabeleceu um imaginário negativo em relação à mulher. Negativo no sentido de uma leitura única que naturaliza a opressão do sexo masculino sobre o feminino.

Observe que Marx e Engels destacam a opressão da mulher a partir da primeira divisão do trabalho quando o principal sentido do gênero feminino é, na ótica masculinizante, o da procriação. Percebe-se aí a instituição da subjugação de um ser humano a partir do outro simplesmente devido a compreensão de uma parte de que o outro (no caso a mulher) não tem condições de realizar outras tarefas que exigem maiores esforços ou que esteja relacionada a capacidade de pensar até mesmo para decidir o que é melhor para a sua vida.

É fato que essa divisão de trabalho que aconteceu na perspectiva masculina estabeleceu o primeiro sistema de dominação também tendo como base a ideia de propriedade e extremamente relacionada com a ideia de família, em seguida, de Estado.

Apresenta-se uma forma de estruturação da sociedade estabelecida por meio da racionalidade que se materializou com a necessidade da organização da vida em coletividade; o que se deu muito provavelmente na ação prática dos indivíduos dos diferentes sexos em meio às demandas relacionadas à garantia de se manter vivo primeiramente e, em seguida, pelo alimento, pela segurança, pelo bem estar individual e coletivo. Com isso surgiu a necessidade da instituição da família como um contrato, mas a partir da compreensão da figura masculina como superior para controlar e dominar a maioria formada por mulheres. Sendo assim, nota-se que coube a ideia de monogamia para selecionar e sedimentar uma lógica cuja divisão de trabalho culminou na institucionalização da exploração de um sexo sobre o outro.

A monogamia, segundo Engels,

Foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, inaugura, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período que dura até os nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um relativo retrocesso e no qual o bem-estar e o desenvolvimento de uns se realizam às custas da dor e da repressão de outros (ENGELS, s/d, 72).

Percebe-se na afirmação de Engels a contradição estabelecida na sociedade quando se estabelece a subjugação da mulher ao homem, principalmente com a instituição da monogamia em nome do bem estar e em benefício do ser masculino; desse modo não há como pensar uma sociedade equilibrada quando se naturaliza uma compreensão de mundo no qual um ser humano nasce determinantemente para atender as necessidades de dominação do outro.

A monogamia destacada por Engels, “[...] é a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das oposições e das contradições que atingem seu pleno desenvolvimento na sociedade” (idem). Ou seja, coloca-se em pauta a contradição posta a par-

tir da instituição da monogamia como modelo da chamada sociedade civilizada. A questão é que a monogamia em seu princípio já se estabelece como uma imposição masculina em nome da organização e do equilíbrio social.

Acontece que para a instituição da monogamia se tornar realidade implica no seu contraditório, ou seja, necessita de mecanismos institucionais, ou culturais, que desembocam na instituição do adultério, na prostituição, na esposa abandonada, na traição, na figura do amante e do homem traído. Significa que a instituição da monogamia não seria possível sem a hipocrisia manifestada pelo seu oposto e levada a cabo tendo a figura masculina como livre para fazer o que bem desejar (como até mesmo trair) de tal modo a naturalizar essa condição como única e exclusiva do homem.

Trata-se, nesse caso, do heterismo, no qual apenas o homem tem plena liberdade para ter uma ou mais amantes, especialmente mulheres não casadas, conforme destaca Engels a partir da leitura da obra de Morgan. Na maior parte das sociedades pode-se perceber a visão predominantemente masculina sobre a qual coloca a mulher numa situação de inferioridade e de subordinação ao homem.

A monogamia estabelecida a favor do homem e em detrimento do sexo feminino, instituída mundialmente, revela um caráter machista como se fosse uma causa natural, portanto inviolável e ad eterno. Todavia, Engels percebe ainda, que nem todas as sociedades se estabeleceram de forma eminentemente baseada na supremacia do homem, muito embora a monogamia tenha se estabelecido sob a ótica masculina e, por isso, instituído uma moral a serviço do homem em praticamente toda a humanidade. Engels destaca na sociedade germânica um caráter particular de monogamia na qual se permite perceber certa flexibilidade no que se refere à mulher.

Com os germânicos aparecia também um elemento inteiramente novo que se impôs em âmbito mundial. A nova monogamia que resultou da mistura dos povos, sobre as ruínas do mundo romano, revestiu a dominação do homem de forma mais suaves e atribui às mulheres uma posição muito respeitada e livre, pelo menos aparentemente, do que aquelas que já conhecera na Antiguidade clássica. Só então passou a existir a possibilidade, a partir da monogamia- dentro dela, ao lado dela ou contra ela, conforme as circunstâncias – de se desenvolver o maior progresso moral que lhe devemos: o amor sexual individual moderno, anteriormente desconhecido no mundo. Mas esse progresso adveio por certo da circunstância de vierem os germânicos ainda sob o regime da família pré-monogâmica e de terem enxertado na monogamia, da forma que puderam, a situação da mulher correspondente à da família pré-monogâmica (ENGELS s/d, p. 75).

Vale destacar o termo amor sexual individual moderno o qual se refere Engels: trata-se da percepção de um amor que independe da coletividade de modo que se leva em conta a individualidade, a capacidade humana de se relacionar com o outro considerando a subjetividade, o que leva ao sexo pelo prazer independente das convenções sociais. Para Engels,

[...] nosso amor sexual difere essencialmente do simples desejo sexual, o erro dos antigos. Em primeiro lugar porque pressupõe a reciprocidade do amor por parte do ser amado, igualando, nesse particular, a mulher e o homem, ao passo que no Eros antigo a mulher, pouquíssimas vezes é consultada. Em segundo lugar, o amor sexual atinge seu grau de intensidade e de duração que transforma em grande infelicidade, talvez a maior de todas, para os amantes, a falta de relações íntimas, ou a separação. Para se entregarem mutuamente, não recuam diante de coisa alguma e arriscam até as próprias vidas, o que não acontecia na antiguidade, senão em caso de adultério (id. p. 83).

Tal percepção, apresentada no texto de Engels, se baseia na razão humana, na liberdade de que o indivíduo pelo menos deve ter de se colocar em prol de sua necessidade particular. Com o casamento monogâmico na sociedade moderna temos uma diferenciação em relação ao que acontecia na antiguidade: o amor sexual difere puramente do desejo sexual, tendo em vista que pressupõe a reciprocidade do amor.

O advento da modernidade conduz a uma razão particular de modo a se perceber inevitavelmente o indivíduo como sujeito histórico dotado de capacidades de sentir, de pensar e de agir. É o sujeito do iluminismo⁴, na visão de Stuart Hall (2014).

O sujeito do iluminismo apontado por Hall, embora priorize a individualidade, se baseia na perspectiva masculina, o que significa que a liberdade do sujeito está mais para o ser masculino, o que constitui numa contradição quando se fala de liberdade individual e não se leva em consideração a individualidade da mulher, que é ignorada.

A visão germânica de monogamia, que de certa forma apresenta uma flexibilidade em relação à mulher, tem sua origem na pré-monogamia, cujos germânicos são originários; por isso o Engels entende que a particularidade da monogamia germânica com tal flexibilidade que abre espaço para uma perspectiva melhor no que se refere à visão em relação à mulher, provavelmente não aconteceria tal flexibilidade se os germânicos não tivessem enxertado, conforme puderam, a situação da mulher correspondente a família pré-monogâmica.

Essa condição da mulher, considerada na sociedade germânica, conforme destacou Engels, trata-se de uma particularidade revelada da evolução da monogamia nas sociedades. Ocorre, todavia, que com o advento da sociedade burguesa, a monogamia baseada na supremacia masculina se tornou preponderante e se enraizou institucionalmente; o que ocorreu principalmente com a predominância da religião cristã, especialmente no caso do Ocidente. Nesse sentido aponta:

O casamento burguês [...] Nos países católicos, agora como antes, são os pais que arranjam para o jovem burguês a mulher que lhe convém, do que resulta naturalmente o mais amplo desenvolvimento da contradição que a monogamia encerra: heterismo exuberante por parte do homem e adultério exuberante por parte da mulher (ENGELS, p. 76).

Engels foi um homem do século XIX e, por isso, apresenta nessa afirmação a questão do casamento numa perspectiva burguesa institucionalizada a partir da qual o casamento era, como toda e qualquer relação capitalista, um acordo de negócios entre os pais coisa decidida unicamente pelo homem.

Importante ainda destacar como o casamento monogâmico está estritamente relacionado com a questão da classe e, portanto, entrelaçado com a propriedade, elementos definidores das sociedades em geral em que a monogamia foi naturalizada e legitimada pelas diferentes instituições burguesas.

A pretensa normalidade institucionalizada a partir da monogamia como o único modo aceito pela cultura da superioridade masculina ganhou contornos inevitáveis inerentes a sua contradição; ou seja, com o heterismo veio o adultério, a prostituição, a infidelidade da mulher, o casamento por conveniência, o divórcio, dentre outros.

Desde a introdução da monogamia no mundo se estabeleceu a supremacia do homem como fato natural, o que foi amplamente defendido pelas instituições religiosas, principalmente cristãs. Nota-se, porém, que as exigências sociais em torno da monogamia, como a submissão da mulher, os bens, as riquezas, por exemplo, o próprio amor sexual, só se tornam praticamente efetivas em relação às classes oprimidas, conforme destaca Engels; ou seja, é entre os pobres que as normas se tornam efetivas, mesmo com ressalva; o autor da Origem

4 Stuart Hall destaca na questão da identidade na modernidade três tipos de sujeito: do iluminismo, sociológico e pós-moderno. O primeiro se baseia na individualidade, o segundo na coletividade e o terceiro se caracteriza por um sujeito que não possui uma identidade fixa.

da família, da propriedade privada e do Estado lembra ainda que praticamente a pretensa superioridade do homem, instituída com a monogamia, aos poucos vai perdendo o sentido com o processo de industrialização da sociedade, de modo que tal “dominação só existe para as classes possuidoras e para regular as relações dessas classes com os proletários” (ENGELS, s/d, p. 77). Mais precisamente, com o avanço industrial a mulher é arrancada do lar para o mercado de trabalho.

Com a saída da mulher para o trabalho externo, terá no chão da fábrica, como toda classe trabalhadora as mulheres iniciam seu processo de organização pelo movimento feminista o que, inevitavelmente, provoca o debilitamento da “supremacia do homem” e, conseqüentemente o enfraquecimento da monogamia de tal forma que o divórcio ou a simples separação tomam lugar do casamento fundamentado na ideia de “até que a morte os separe”.

Engels apresenta a contradição inerente a monogamia como forma de controle do homem sobre a mulher e sob a ótica da divisão de classes. Tal contradição se refere ao trabalho social, mais especificamente na indústria, tendo em vista que com a arrematada das mulheres para o trabalho nas fábricas e em outros serviços, a dominação do homem se vê ameaçada, até mesmo porque as mulheres que trabalham fora não dependem diretamente dos homens para se manterem, o que afrouxa a relação monogâmica baseada na ideia de supremacia do homem.

Percebe-se também que no caso das mulheres que vão trabalhar na produção social – nas fábricas, no comércio e nos serviços em geral, praticamente se torna impossível o cumprimento das funções domésticas – como fora instituída com a monogamia; sendo assim, ou as mulheres exercem uma dupla jornada – no trabalho fora e em casa, ou passam a serem oprimidas no mercado de trabalho; espaço esse ainda sob o jugo das regras baseadas na ótica masculina. Mas, Engels percebe que até isso tende a ser quebrado à medida que o capitalismo avança e abre mais espaço para a participação da mulher; não é que os capitalistas se tornaram bonzinhos em relação às mulheres, mas especialmente pelo uso da mão-de-obra feminina, que, diga-se de passagem, o salário ainda é bastante inferior em relação ao dos homens.

A pesquisa por amostra a domicílio – PNAD – que revela dados de 2018 aponta que as mulheres brancas recebem 76% da remuneração dos homens; quanto às mulheres negras a situação ainda é pior, estas recebem apenas 43% do salário que os homens brancos recebem; ou seja, o mercado de trabalho ainda se mostra bastante opressor e racista⁵.

Na compreensão de Engels a revolução social acontecerá seguramente a partir das bases econômicas aprimoradas no capitalismo; significa dizer que até mesmo a exploração do homem em relação a mulher tende a desaparecer tendo em vista as contradições inerentes ao capitalismo, ou seja, as demandas do capitalismo para a sua manutenção carregam consigo, de forma inexorável, a necessidade da adequação de todos ao sistema de produção capitalista, o que implica: acesso maior por parte das mulheres no mercado de trabalho, qualificação e maior exploração.

Considerações Finais

Na Análise da Obra de Engels, compreende a necessidade de maior reflexão sobre o papel da superestrutura da sociedade. Se a cultura tem a ver diretamente com as transformações ocorridas com o mundo do trabalho, como ignorar as particularidades, as subjetividades, a existência da diversidade de movimentos sociais? Bem como as notadas transformações societárias resultantes das lutas de classes, gêneros e etnias na sociedade do capital, com prevalências dos costumes burgueses.

É perceptível que as mulheres sofrem com essa transição para o patriarcado em que, o homem permanece no centro das atenções, a mulher passa a ter um papel, subjugado, de dona de casa, no qual deve realizar todas as vontades e desejos masculinos, sendo considerada propriedade e sexualmente “posse” do sujeito masculino, ou seja, as mulheres tornam-se propriedade do homem, o que fica em evidência na obra analisada, com a instituição do ca-

⁵Confira:http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34627&Itemid=9.
Scesso em 16 novembro 2019.

samento monogâmico. E ainda, coloca em pauta as relações sociais como são resultantes das instituições do trabalho e da família, em que ambas são portadoras de hierarquias, gêneros, conservadorismo e sexuais, logo se expressam nas relações de trabalho, de gênero e de vidas que são contraditórias no sistema vigente.

Na perspectiva patriarcal e machista que impera na sociedade do capital, o sexo feminino ainda é considerado como um instrumento de desejo sexual e de reprodução. E a lógica patriarcal é tida como a norma correta que muitas vezes, essa visão machista é reproduzida também por mulheres. Ou seja, a maioria das mulheres são oprimidas pelo sistema capitalista e, ainda hoje tem se o reflexo da escravidão doméstica, pois muitas são escravizadas, sufocadas pelo trabalho doméstico, de forma degradante e sem valorização de sua mão de obra. E no caso de mulheres sem escolaridade e negras essa situação é ainda mais visível e quando colocam a sua força de trabalho ao mercado, ficam nos subempregos e sem as condições de proteção social oriundas do mercado formal de trabalho. Logo para as mulheres trabalhadoras, e principalmente às mulheres negras, a resistência não é uma escolha e sim uma questão de sobrevivência.

A obra "A origem da família, da propriedade privada e do estado, coloca em reflexão e pauta para iluminar os caminhos para a emancipação da mulher é deixar de lado o conservadorismo arreigado para a manutenção do modelo monogâmico de casamento e relações entre sujeitos.

Referências

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Coleção Grandes obras do pensamento universal, n 2, São Paulo: Escala, s/d.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Editora Lamparina, 2014.

SANTOS, R. Modos de ser família. In: SANTOS, R. DAL BELLO, M. G. (Orgs.) **Família que vive do Trabalho e Proteção Social**: Três perspectivas de análise. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

THERBORN, G. **Sexo e poder a família no mundo 1900-2000**. São Paulo: contexto, 2014.

YOUNG, M. e WILLMOTT, P. **Le village dans le ville. Famille et parenté dans l'Est londonien**. Paris: Presses Universitaires de France, coleção "Le Lien Social", 2010.

_____. **La família simétrica um estudio sobre el trabajo y el ocio**. Traducción por: Maria Elena Esther Seivane. Madrid: Editorial Tecnos, 1975.

Recebido em 06 de abril de 2021.

Aceito em 26 de maio de 2021.